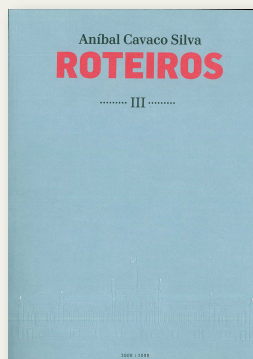


ESCAPARATE



Roteiros de uma Presidência

É publicado o terceiro volume de uma obra que reúne os discursos que assinalam a Presidência do Professor Cavaco Silva e a sua intervenção política, entre Abril de 2008 e Março de 2009. É o roteiro do pensamento de um Presidente que nos fala de Portugal – de economia e crescimento, desenvolvimento e coesão social, saúde, educação, ciência e cultura, Portugal na Europa e no Mundo. Mas é também um testemunho de confiança e reconhecimento aos Portugueses, que “deram sobejas provas do seu carácter, do seu querer e do sentimento solidário que nos pode ajudar a superar as dificuldades.”

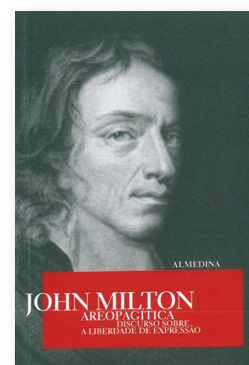
Aníbal Cavaco Silva | Roteiros III | Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2009

Em defesa da liberdade de expressão

O estadista John Milton, secretário pessoal do revolucionário republicano inglês Oliver Cromwell, é um nome incontornável para os defensores da liberdade de expressão. Escreve este ensaio em 1644 como desafio à censura parlamentar na época, advogando que em matérias controversas cada um deve poder examinar e julgar livremente. Para Milton, os homens devem investigar livremente o vício e o erro para melhor conhecerem e confirmarem a virtude e a verdade, através da leitura atenta e crítica de toda a espécie de razões. Mas a procura da verdade só é realmente possível através de um processo de conversação aberto.

John Milton | Aeropagítica – Discurso sobre a Liberdade de Expressão

Almedina, Coimbra, 2009 | Prefácio de Jónatas Machado



79



Filosofia política de Strauss

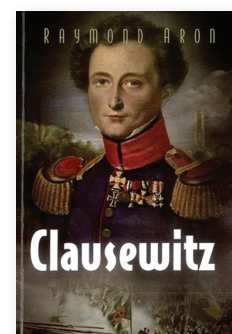
Nesta sua obra emblemática, escrita na década de 1950, Leo Strauss discute o direito natural na filosofia política contemporânea e reafirma a existência de fundamentos para a distinção entre o certo e o errado na ética e na política. Para Strauss, pensar o que é intrinsecamente justo não é monopólio dos filósofos, mas um tema de primeira ordem na conversação entre os cidadãos, e por essa razão, é também um assunto político. *Direito Natural e História* abre com o enunciado da Declaração da Independência dos Estados Unidos de 1776, exprimindo a sua confiança nos princípios políticos e morais que presidiram à sua fundação, e cuja fundamentação filosófica foi posta em causa pela filosofia política da fase mais tardia da modernidade. Um contributo importante para compreendermos a crise intelectual do nosso tempo.

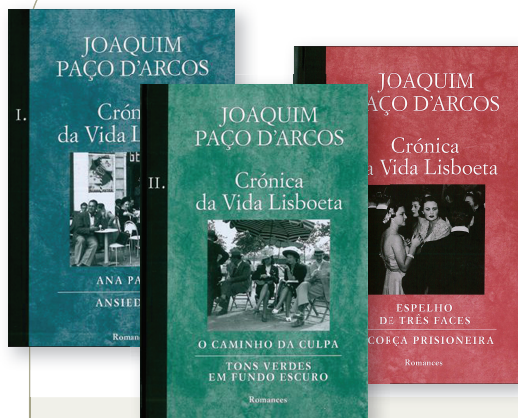
Leo Strauss | Direito Natural e História | Edições 70, Lisboa, 2009 | Introdução e tradução de Miguel Morgado

Pensar a Guerra

Raymond Aron é o autor da obra mais importante até hoje publicada sobre o pensamento de Clausewitz, *Penser la Guerre – Clausewitz*. O livro que agora se publica, uma colectânea de textos que Aron escreveu entre 1972 e 1980, resume numa linguagem cativante as ideias desenvolvidas em *Penser la Guerre*. Para além das vertentes fundamentais do pensamento de Clausewitz, acerca da guerra, da política e da estratégia, este livro oferece-nos uma interpretação brilhante dos principais conflitos da segunda metade do século XX – crise de Cuba, guerra israelo-árabe, equilíbrio do terror e dissuasão, guerra da Coreia, à luz do método Clausewitziano – como só Aron conseguiria fazer.

Raymond Aron | Clausewitz | Esfera do Caos, Lisboa, 2009 | Prefácio de Pierre Hassner





Reler Joaquim Paço d'Arcos

Os romances que integram estes três volumes da *Crônica da Vida Lisboeta* levam-nos a revisitar uma época e uma sociedade que ainda nos importam – a subida, o apogeu e o fim do Salazarismo, assim como a progressão e as inquietações da base social de apoio de um “Primeiro-Ministro de um *Ancien Régime* pré-liberal, com traços de monarquia abso-luta rural e ultraconservadora mais do que de despotismo esclarecido e, certamente, de fascismo contemporâneo,” nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa na sua introdução.

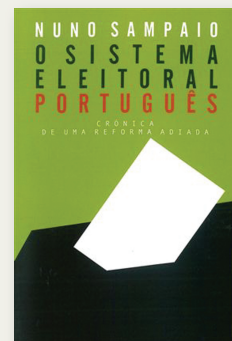
Joaquim Paço d'Arcos | *Crônica da Vida Lisboeta* (3 volumes)

Guimarães Editores, Lisboa, 2009 | Introdução de Marcelo Rebelo de Sousa

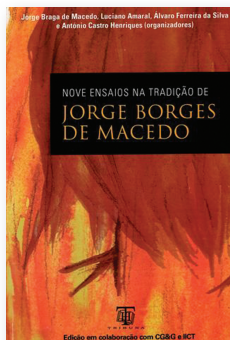
Por que não se reforma o sistema eleitoral?

O livro tem por base a dissertação de mestrado apresentada pelo autor no Instituto de Estudos Polí-ticos e é prefaciado pelo Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Manuel Braga da Cruz. Trata-se de uma análise da discussão em torno da reforma eleitoral em Portugal que, apesar de se encontrar há vários anos na agenda política, continua por realizar. O estudo dos diversos sistemas eleitorais, a análise de reformas ocorridas noutros países e uma digressão pelo debate político dos últimos 30 anos em Portugal servem de base a este texto. A procura de explicações para este adiamento é enqua-drada por duas abordagens teóricas ao fenómeno das reformas institucionais: uma perspectiva que considera a eficiência dos sistemas e o seu benefício geral; outra, que considera que estes processos reflectem, fundamentalmente, o interesse próprio dos agentes políticos.

Nuno Sampaio | *O Sistema Eleitoral Português: Crónica de uma Reforma Adiada* | Alêtheia, Lisboa, 2009



80



Recordando o Professor Borges de Macedo

Nas contribuições reunidas neste livro, historiadores, economistas e cientistas sociais relacionam *de-senvolvimento económico, regime político e ordem global* no caso português. A tradição de Jorge Borges de Macedo (1921-1996) configura-se através de três linhas de força: primeiro, as interpretações que propôs sobre a evolução da economia portuguesa, sobretudo no longo século XVIII, que terminaria com a implantação do liberalismo; segundo, a sua perspectiva metodológica e teórica sobre a história; terceiro, a história baseada numa perspectiva globalizante e numa visão de longo prazo. Transparece nos testemunhos a relevância do seu ensino na Faculdade de Letras, antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e na Universidade Católica Portuguesa.

Nove Ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo | Tribuna da História, Lisboa, 2009

As Guerras Liberais

A historiadora Maria de Fátima Bonifácio retrata os 17 anos de revoluções, pronunciamentos, motins e golpes, que Portugal viveu entre 1834 e 1851. Incapaz de gerir modalidades de alternância regrada e pacífica no poder, o recurso à violência política banalizou-se no país, como forma de forçar uma mu-dança, uma substituição de governo ou uma alteração constitucional. As soluções pacíficas implicavam que se chegasse a um acordo sobre a norma constitucional, o que só se veio a conseguir depois da Regeneração, em 1851, pondo um fim ao “reinado da frase e do tiro”. Recorda ainda como José Estêvão, Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, Lopes de Mendonça, Latino Coelho, entre outros, persuadiram-se que só o progresso económico podia gerar progresso social, e que só o progresso social podia conduzir à emancipação intelectual e política do povo português, mal preparado para a cidadania. A revolução aconteceria naturalmente, sem violências, quando desse povo emergisse uma comunidade de cidadãos ciosos da sua independência, cónscios dos seus direitos e devotados à Pátria e ao Bem comum.

Maria de Fátima Bonifácio | *Uma História de Violência Política – Portugal de 1834 a 1851*

Tribuna da História, Lisboa, 2009

